

PROVAS DE CONCURSOS
ANTERIORES DE PROCURADOR
JURÍDICO DO SEPREM E
FUNPREV

As provas a seguir não foram elaboradas pela banca do
concurso atual.

CONCURSO

PROCURADOR JURÍDICO I - 1996

1ª PROVA

CADERNO DE QUESTÕES

(VERSÃO PARA PUBLICAÇÃO 25/06/2020)

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. É correto afirmar que:

- a-) as Leis Orgânicas Municipais resultam do exercício do poder constituinte derivado
- b-) as Leis Orgânicas Municipais resultam do exercício do poder constituinte decorrente
- c-) as Leis Orgânicas Municipais resultam do exercício do poder constituinte originário
- d-) as Leis Orgânicas Municipais resultam do exercício do poder constituinte originário municipal

2. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende:

- a-) os Estados membros, autônomos
- b-) os Estados, Municípios e União
- c-) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios
- d-) União, Estados e Municípios interligados

3. Pode-se afirmar com certeza:

- a-) o Município tem autonomia constitucional e integra a federação brasileira
- b-) o Município tem autonomia constitucional e não integra a federação brasileira
- c-) o Município tem autonomia constitucional restrita e não integra a federação brasileira
- d-) o Município não tem autonomia constitucional e integra a federação brasileira

4. Os servidores municipais:

- a-) jamais respondem pelos danos que causarem a terceiros mesmo agindo com dolo ou culpa
- b-) respondem concorrentemente, pelos danos que causarem a terceiros quando tenham agido com dolo ou culpa
- c-) respondem, isoladamente, pelos danos que causarem a terceiros quando agirem dolosa ou culposamente
- d-) só respondem pelos danos que causarem a terceiros quando o Município for condenado a repará-los e tiverem procedido com dolo ou culpa

5. As normas das Leis Orgânicas Municipais:

- a-) exigem sanção e Promulgação
- b-) independem de sanção e promulgação
- c-) dependem apenas de promulgação pela Câmara Municipal
- d-) dependem apenas de promulgação pelo chefe do Poder Executivo Municipal

6. A inconstitucionalidade de lei municipal

- a-) resulta de confronto com a Lei Orgânica Municipal
- b-) não resulta de confronto com a Constituição Federal e Constituição Estadual
- c-) resulta de confronto com princípios estabelecidos na Constituição Estadual
- d-) dispensa qualquer padrão de confronto

7. É correto afirmar que:

- a-) todas as normas constitucionais possuem aplicabilidade
- b-) somente as normas constitucionais de eficácia plena possuem aplicabilidade

- c-) apenas as normas referentes a direitos e deveres individuais e coletivos possuem aplicabilidade
- d-) apenas as normas constitucionais de eficácia redutível possuem aplicabilidade

8. O controle difuso de constitucionalidade é exercido:

- a-) apenas pelos juízes e em primeiro grau de jurisdição
- b-) somente pelos tribunais em segundo grau de jurisdição
- c-) apenas pelos órgãos fracionários dos Tribunais Estaduais e Federais
- d-) por quaisquer organismos jurisdicionais, estaduais ou federais

9. O poder constituinte derivado pode ser exercido:

- a-) por quaisquer órgãos constitucionais
- b-) somente pelo poder constituinte instituído pela própria constituição
- c-) apenas pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados por iniciativa do Presidente da República
- d-) somente pelo Congresso Nacional

10. A competência residual dos Estados:

- a-) permite indistintamente, invasão da competência municipal
- b-) não pode invadir a competência municipal
- c-) possibilita a invasão da competência municipal em hipóteses fundadas no interesse público
- d-) permite invasão da competência municipal apenas em caso de interesse relevante do município

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. As autarquias:

- a-) não estão sujeitas ao controle da entidade estatal a que pertencem
- b-) são pessoas jurídicas de direito privado, com patrimônio próprio e atribuições estatais específicas
- c-) não têm desempenho de atribuições públicas típicas
- d-) não agem por delegação

12. Nos atos de império:

- a-) a administração os pratica usando de sua supremacia sobre o administrado ou servidor e lhes impõe obrigatório atendimento
- b-) são todos aqueles que se destinam a dar andamento aos processos
- c-) tal ocorre nos atos puramente de administração dos bens e serviços públicos
- d-) são os destinados a produzir efeitos no recesso das repartições administrativas

13. O retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria, denomina-se:

- a-) reversão
- b-) reintegração
- c-) readaptação
- d-) transferência

14. A diferença essencial entre o ato administrativo e o ato jurídico está:

- a-) no efeito que produzem
- b-) na finalidade pública
- c-) no interesse resguardado
- d-) na finalidade jurídica

16. Assinale a alternativa correta:

- a-) concessão é a delegação contratual ou legal da execução do serviço na forma autorizada e regulamentada pelo executivo
- b-) os serviços sociais autônomos, como entes de cooperação, vicejam ao lado do Estado e sob seu amparo, com subordinação hierárquica à autoridade pública respectiva
- c-) os serviços públicos de telecomunicações somente poderão ser explorados pela União
- d-) os concessionários, para todos os fins, equiparam-se a autoridade pública

17. A exaustão dos recursos administrativos para o ingresso em juízo contra a administração:

- a-) coloca-se como exigência constitucional
- b-) foi abolida na atual constituição, salvo a hipótese relativa à justiça desportiva
- c-) não subsiste sob a égide da Constituição Federal de 1988
- d-) nenhuma das alternativas está correta

18. Nos atos do império:

- a-) a administração os pratica usando de sua supremacia sobre o administrado ou servidor e lhes impõe obrigatório atendimento
- b-) são todos aqueles que se destinam a dar andamento aos processos
- c-) ocorre nos atos puramente de administração dos bens e serviços públicos
- d-) são os destinados a produzir efeitos no recesso das repartições administrativas

19. A competência da União, em matéria de serviços públicos:

- a-) abrange os que lhe são privativos e os que são comuns, permitindo atuação paralela dos Estados-membros e Municípios
- b-) a competência do Estado-membro está discriminada na Constituição Federal
- c-) a exploração e distribuição do serviço de gás canalizado é da competência exclusiva do Município para sua distribuição local
- d-) o constituinte enunciou as matérias reservadas à União, aos Estados e as de competência comuns entre as entidades estatais, deixando as remanescentes para o Município

20. O abuso de poder:

- a-) não se configura na inércia da administração
- b-) tanto pode revestir a forma comissiva como a omissiva
- c-) ocorre, unicamente, quando a autoridade é incompetente
- d-) para sua configuração não se admite prova indiciária e circunstancial

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Proposta ação anulatória de débito fiscal, a Fazenda Pública:

- a-) poderá promover a cobrança do débito fiscal, independentemente do depósito integral
- b-) somente após o julgamento de improcedência da ação anulatória, poderá promover a cobrança
- c-) não poderá promover a cobrança do débito fiscal se houver depósito integral do valor devidamente atualizado
- d-) somente após o julgamento de procedência da ação anulatória, poderá promover cobrança

22. Os atos das partes que produzem imediatamente a constituição, a modificação ou a extinção dos direitos prossuais consistem em:

- a-) declaração de testemunha
- b-) depoimento das partes
- c-) declarações bilaterais de vontade
- d-) declarações unilaterais e bilaterais de vontade

23. É lícito a qualquer interessado cobrar os autos ao advogado que exceder o prazo legal. Se intimado, não os devolver em vinte e quatro horas:

- a-) perderá o direito de se manifestar nos autos
- b-) não mais será procurador da parte
- c-) será impedido de retirar o processo do cartório
- d-) perderá o direito à vista fora do cartório e será multado

24. A carta precatória poderá ser apresentada a juízo diverso do que dela consta, a fim de se praticar o ato, em virtude de sua natureza:

- a-) de urgência
- b-) itinerante
- c-) preferencial
- d-) especial

25. A ação de usucapião é exemplo de

- a-) litisconsórcio facultativo, simples
- b-) litisconsórcio necessário, unitário
- c-) litisconsórcio necessário, simples
- d-) litisconsórcio misto, unitário

26. Ausentes os advogados de ambas as partes à audiência de instrução e julgamento:

- a-) audiência não se realizara
- b-) haverá contumácia
- c-) será nula a audiência realizada
- d-) haverá suspensão do processo

27. Quais as medidas cautelares preparatórias que não estão sujeitas ao prazo extintivo de eficácia jurídica:

- a-) notificações e protestos
- b-) interpelações e justificações
- c-) nas medidas de antecipação de prova
- d-) todas as alternativas são verdadeiras

28. A sentença que põe fim ao processo acolhendo uma preliminar de coisa julgada é

- a-) sentença terminativa
- b-) sentença definitiva
- c-) sentença constitutiva
- d-) todas as alternativas estão corretas

29. O ato decisório do juiz de indeferimento da petição inicial:

- a-) tem natureza de despacho e o recurso cabível é de agravo de instrumento
- b-) tem natureza jurídica de decisão interlocutória e o recurso cabível é o de agravo de instrumento
- c-) tem natureza de sentença definitiva e o recurso cabível é o de apelação
- d-) tem natureza jurídica de sentença terminativa e o recurso cabível é o de apelação

30. É correto afirmar:

- a-) a competência absoluta é derogável, podendo ser modificada
- b-) a incompetência absoluta e relativa são argüidas por meio de exceção
- c-) o juiz, de ofício, pode unicamente declarar incompetência relativa
- d-) considera-se relativa a competência quando fundada em razão do território ou do valor

DIREITO CIVIL

31. A perda da posse de direitos ocorre:

- a-) pelo abandono
- b-) pela impossibilidade de seu exercício
- c-) pela prescrição
- d-) pela preempção

32.

- A) Revogar é o ato de tomar sem efeito uma norma, retirando sua obrigatoriedade
- B) A ab-rogação é a supressão parcial da norma anterior e a derrogação é a supressão total da norma anterior
- C) A revogação será expressa quando o elaborador da norma declarar a lei velha extintiva em todos os seus dispositivos ou apontar os dispositivos que pretende retirar e será tácita quando houver incompatibilidade entre a lei nova e a antiga

Ante os enunciados acima (A - B e C), assinale a alternativa correta:

- a-) a alternativa "B" é verdadeira
- b-) a alternativa "C" é falsa
- c-) todas as alternativas são verdadeiras
- d-) somente as alternativas "A" e "C" estão corretas

33. Extingue-se o mandato:

- a-) revogação expressa ou tácita e renúncia
- b-) morte de qualquer das partes
- c-) mudança do estado civil do mandante e advento do termo
- d-) todas as alternativas anteriores são causas de extinção do mandato

34. Da sentença de desapropriação é correto afirmar:

- a-) caberá apelação com efeito suspensivo
- b-) caberá apelação com efeito devolutivo
- c-) sempre se sujeita ao duplo grau de jurisdição
- d-) somente está sujeita ao duplo grau de jurisdição se condenar a Fazenda Pública em quantia superior ao dobro da oferecida

35. Protesto, retenção, arresto, sequestro, caução real ou fidejussória, interpelações judiciais, notificações extrajudiciais, são atos de:

- a-) autodefesa de direitos
- b-) conservação de direitos
- c-) relocação de direitos
- d-) todas as alternativas estão corretas

36. Ato unilateral em que o titular do domínio se desfaz voluntariamente do seu imóvel porque não quer continuar sendo, por vãos motivos, seu dono. Ocorre a:

- a-) renúncia
- b-) abandono do imóvel
- c-) apossamento administrativo
- d-) doação

37. Da compra e venda é correto afirmar:

- a-) nulo é o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a taxaço do preço
- b-) os ascendentes não podem vender aos descendentes, mesmo que os outros descendentes expressamente consintam
- c-) salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas da escritura a cargo do comprador. Bem como as da tradição
- d-) nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas

38. Na aquisição de direitos

- a-) deferido o direito futuro, quando sua aquisição pende somente do arbítrio do sujeito
- b-) não deferido, quando se subordina a fatos ou condições fálveis
- c-) pode uma pessoa adquirir-los para si, ou para terceiros
- d-) todas as alternativas anteriores estão corretas

39. É contrato no qual somente uma das partes se obriga, a outra está dispensada de qualquer contraprestação, a não ser fruir do benefício pactuado, nos seus exatos termos:

- a-) fiança
- b-) doação
- c-) depósito necessário
- d-) comodato

40. No processo de desapropriação:

- a-) o poder Judiciário deverá decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública
- b-) a declaração de utilidade pública, no caso de autarquia, far-se-á por decreto do dirigente
- c-) o Poder Legislativo poderá tomar a iniciativa da desapropriação
- d-) qualquer juiz poderá conhecer dos processos de desapropriação

DIREITO PENAL

41. O poder público recebe objetos materiais em doação, para serem distribuídos gratuitamente, ao ficar com esses objetos para si, o funcionário público:

- a-) cometeu o crime de furto
- b-) é fato atípico
- c-) praticou o crime de apropriação indébita
- d-) cometeu o crime de peculato

42. “A”, em legítima defesa, atira em “B”, matando-o:

- a-) é fato típico
- b-) é típico e antijurídico
- c-) no caso, concorrente uma causa de exclusão da antijuridicidade e da tipicidade
- d-) todas as alternativas estão incorretas

43. Um agente constringe a mulher mediante grave ameaça a manter conjunção carnal com outro, o agente é:

- a-) autor em crime de estupro
- b-) autor e o crime é de constrangimento ilegal
- c-) co-autor em crime de estupro
- d-) partícipe em crime de estupro

44. A respeito da comunicabilidade das circunstâncias e elementares é correto afirmar que:

- a-) se comunicam as condições ou circunstâncias de caráter pessoal
- b-) a circunstância objetiva pode ser considerada no fato do partícipe se não ingressou na esfera de seu conhecimento
- c-) as elementares, sejam de caráter objetivo ou pessoal, comunicam-se entre os fatos cometido, pelos participantes, desde que tenham ingressado na esfera de seu conhecimento
- d-) a circunstância objetiva não pode ser considerada no fato do partícipe em hipótese alguma

45. “A” em concurso com um funcionário público, no exercício de suas funções, desviam da repartição latas de tinta para uso em sua propriedade particular. A conduta praticada por “A” constitui crime de:

- a-) apropriação indébita
- b-) furto qualificado
- c-) peculato
- d-) corrupção ativa

46. Valendo-se da qualidade de funcionário “A” pede ao seu colega “B” também funcionário público, que facilite, procedendo segundo suas orientações, processo de interesse privado, mas, legítimo de “C” perante a administração pública. “A” cometeu o crime de:

- a-) advocacia administrativa
- b-) prevaricação
- c-) corrupção passiva
- d-) nenhuma das anteriores

47. “A” escrevente de um Cartório de Notas, subscreve certidão reconhecendo uma firma, já conferida a assinatura existente no fichário do cartório por “B”, que afirmou a “A” ser verdadeira a firma. A conduta de “A”:

- a-) não é punível porque não há participação culposa em crime doloso
- b-) é punível porque praticou o crime de falsidade ideológica
- c-) é punível porque cometeu o crime de falso reconhecimento de firma ou letra
- d-) é de co-autor do crime de falsidade ideológica

48. Funcionário público, no exercício de sua função e em razão dela, aceita promessa de vantagem indevida, para deixar de lançar contribuição social. A conduta por ele realizada constitui crime:

- a-) de concussão
- b-) de prevaricação
- c-) contra a ordem tributária
- d-) de corrupção passiva

49. São penas restritivas de direitos:

- a-) prestação de serviços à comunidade
- b-) interdição temporária de direitos
- c-) limitação de fim de semana
- d-) todas as alternativas anteriores estão corretas

50. São infrações que não admitem a tentativa:

- a-) os crimes unissubsistentes
- b-) os crimes plurissubsistentes
- c-) os crimes comissivos por omissão
- d-) nenhuma das anteriores

Instruções ao Candidato

- 1 - Não será fornecido outro caderno de questão.
- 2 - Em caso do texto manuscrito na folha de resposta estar ilegível, o mesmo será considerado em prejuízo do candidato.
- 3 - Todas as folhas do caderno de questão, inclusive os rascunhos deverão ser rubricados pelo candidato.
- 4 - No caderno de questão o candidato poderá utilizar do anverso e verso para a elaboração da peça.
- 5 - Duração da prova = 04 horas

BOA PROVA

CONCURSO PARA PROCURADOR JURÍDICO I - 1996

2ª P R O V A – 25/05/96

QUESTÃO PRÁTICA

Como procurador (a) jurídico (a) do Serviço de Previdência dos Muncipiários de Bauru - SEPREM, O Dr. (a) recebe despacho exarado pelo Sr. Superintendente, no qual determina providências, juntando aos autos Decreto do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de nº 3565, de 20 de maio de 1 996, que declara o imóvel sito na rua Prof. José Ranieri nº 9-60, de utilidade pública.

O SEPREM ocupa o imóvel na qualidade de locatário e tem pretensão de construir no local sua sede própria. A continuidade da posse é imprescindível a Autarquia, já que mantém no local um ambulatório médico para atender seus usuários.

O imóvel está registrado no 1º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Bauru, livro 2, folha], matrícula nº 52.954, figurando como proprietário o Sr. José da Silva, falecido em 10 de abril de 1 996.

Como procurador (a) jurídico (a) do SEPREM, tomar a medida judicial cabível, criando os elementos fáticos e documentais, não mencionados no problema, mas necessários a elucidação da questão.

Após justificar, em peça distinta dirigida ao Sr. Superintendente & medida adotada.

CONCURSO

PROCURADOR JURÍDICO I - 2008



**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU - FUNPREV**

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17040-012 - Bauru - SP

Fone/Fax- (14) 227-1444

CONCURSO PÚBLICO: PROCURADOR JURÍDICO I

NOME DO CANDIDATO	Nº DA INSCRIÇÃO
--------------------------	------------------------

INSTRUÇÕES GERAIS

- 1) O candidato deverá inicialmente proceder a leitura de todas as instruções para posteriormente proceder aos preenchimentos.
- 2) Preencher o nome do candidato e o número de inscrição acima.
- 3) A Prova Objetiva e a Prova Prático Profissional, terão duração de 4 (quatro) horas.
- 4) O preenchimento de todos os formulários deverá ser feito apenas por caneta azul ou preta.
- 5) No decorrer da prova não será permitida quaisquer espécies de consulta, bem como qualquer comunicação externa e entre os candidatos.
- 6) Não faça perguntas aos fiscais, quanto ao conteúdo das questões, pois a interpretação faz parte da Prova.
- 7) O candidato somente poderá entregar a prova e se retirar definitivamente da sala de aula, após o decurso de uma hora.

INSTRUÇÃO PARA PROVA OBJETIVA

- 8) O candidato está recebendo juntamente com estas instruções, o Caderno de Prova Objetiva, Cartão de Resposta (Rascunho) pertencente ao candidato e o Cartão de Resposta Oficial, os quais deverão ser conferidos.
- 9) A prova contará com 70 questões objetivas, onde cada questão vale 1 (um) ponto, totalizando 70 (setenta) pontos.

COLAR - ETIQUETA
Prova Prático Profissional



FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU - FUNPREV

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17040-012 - Bauru - SP

Fone/Fax- (14) 227-1444

PREENCHIMENTO DO CARTÃO RESPOSTA OFICIAL

- 10) No Cartão de Resposta Oficial, deverá de forma legível, escrever seu nome, o cargo pretendido – PROCURADOR JURÍDICO I – e o Número de Inscrição – devendo inclusive ser assinado no retângulo indicado.
- 11) No quadro identificado como CÓDIGO, deverá ser transcrito o NÚMERO DE INSCRIÇÃO, preenchendo os quadrinhos numerados, conforme exemplo abaixo.
- 12) No quadro identificado como TP, preencher por completo o quadrinho 2 (dois), conforme exemplo abaixo.

Exemplo:

NOME: CARLA PEREIRA

CARGO: PROCURADOR JURÍDICO I - INSCR: 00069

C		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
O		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
D		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
I		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
G		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
O		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9

TP		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
----	--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

- 13) O candidato deverá transpor o resultado **definitivo** da Prova Escrita para o **CARTÃO DE RESPOSTA OFICIAL**, cobrindo a letra da alternativa, o qual será considerado para efeito de correção. como o exemplo abaixo:

RESPOSTAS

01	A		C	D	E	36	A		C	D	E
02	A	B	C		E	37	A	B		D	E
03	A		C	D	E	38	A		C	D	E

- 14) Não rasure o Cartão de Resposta e não marque mais de uma alternativa, caso contrário será anulada a questão, pois não será fornecido outro Cartão.



**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU - FUNPREV**

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17040-012 - Bauru - SP

Fone/Fax- (14) 227-1444

INSTRUÇÕES PARA PROVA PRÁTICO PROFISSIONAL

- 15) A Prova Prático Profissional será composta de uma Peça Processual, com de valor de 0 a 30 (trinta) pontos, que deverá ser elaborada no Caderno de Texto Definitivo.
- 16) O candidato está recebendo além destas instruções, a Questão da Prova Prático Profissional, Folhas de Rascunho para elaboração da peça (duas folhas com linhas frente e verso) se necessário, bem como o Caderno de Texto Definitivo da Prova Prático Profissional onde deverá ser transcrito o texto no limite do local apropriado (duas folhas com linhas frente e verso), para efeitos de correção nos termos do Edital.
- 17) Não serão fornecidas outras folhas (quer de rascunho, quer definitiva), bem como não serão corrigidas provas com texto escrito em local indevido.
- 18) Qualquer prova com extensão superior ao limite das linhas do Caderno de Texto Definitivo serão desconsideradas.
- 19) Não será permitida quaisquer espécies de IDENTIFICAÇÃO do candidato nesta prova, pois não serão corrigidas as provas que tenham qualquer marca identificadora foram do local apropriado.
- 20) Caso o (a) candidato (a) queira identificar autoria da peça processual, somente será aceito para tal o nome hipotético PROCURADOR. O uso de qualquer outra assinatura ou rubrica acarretará a anulação da prova do (a) candidato (a).

Bauru, 13 de abril de 2008.

BOA PROVA

A COMISSÃO



FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV
CNPJ 46.139.960/0001-38
Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP
Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

**QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA
PROCURADOR JURÍDICO - I**

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BAURU - LOMB

1) Segundo o disposto no art. 18 da Lei Orgânica do Município de Bauru, qual das atribuições abaixo, não é de competência Privativa da Câmara Municipal?

- a) dar denominação à próprios, vias e logradouros públicos, mediante decreto legislativo, vedada a duplicidade de nomes e a utilização de nomes de pessoas vivas.
- b) fixar o subsídio do Prefeito.
- c) decretar desapropriações e instituir servidões administrativas.
- d) fixar o subsídio do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais.

2) Quanto às deliberações da Câmara, qual das alternativas abaixo dependerá de dois terços dos votos favoráveis dos membros da Câmara?

- a) Estatuto dos Servidores Municipais.
- b) Regimento Interno da Câmara.
- c) Código Tributário do Município.
- d) Rejeição do projeto de lei orçamentária.

3) De acordo com o caput do art. 49 da Lei Orgânica do Município de Bauru, a partir de quantos dias, o Prefeito não poderá se ausentar do Município ou afastar-se do cargo, sob pena de extinção do mandato?

- a) 15 dias.
- b) 30 dias.
- c) 45 dias.
- d) 90 dias.

4) Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

I – Compete privativamente ao Prefeito supervisionar a arrecadação dos tributos e preços públicos, bem como a guarda e a utilização da receita e aplicação das disponibilidades financeiras no mercado de capitais, autorizar as despesas e os pagamentos dentro dos recursos orçamentários ou dos créditos aprovados pela Câmara.

II – Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício do Executivo, o Secretário dos Negócios Jurídicos da Prefeitura, que completará o período se as vagas ocorrerem na segunda metade do mandato.



FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

III – A elaboração das Emendas à Lei Orgânica do Município, das Leis Ordinárias, dos Decretos Legislativos e das Resoluções, compreendem o processo legislativo da Câmara Municipal.

IV – Os Vereadores não poderão, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer à cláusulas uniformes.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- d) Somente a II está equivocada.

5) Dentre as assertivas abaixo, assinale a incorreta.

- a) A administração municipal é constituída pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de empresas, autarquias e entidades dotadas de personalidade jurídica própria.
- b) O Prefeito e o Vice-Prefeito estarão sujeitos a perda do mandato quando, deixarem de encaminhar à Câmara Municipal, até 31 de março de cada ano, o balanço do exercício anterior de todos os órgãos da administração direta e indireta e, mensalmente, os balancetes mensais do exercício de cada um desses órgãos, depois de publicados no Diário Oficial do Município.
- c) A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer, gratuitamente, a qualquer interessado, no prazo máximo de quinze dias, certidões de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição.
- d) A aquisição de bens móveis e imóveis, subordinadas à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de autorização legislativa.

6) Assinale a alternativa incorreta de acordo com a Lei Orgânica do Município de Bauru.

- a) A permissão de serviço público, sempre à título precário, será outorgada por decreto, após edital de chamamento de interessados para escolha de melhor proposta e contrato específico.
- b) A concessão de serviços públicos independe de autorização legislativa, concorrência pública e contrato específico.



**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV**

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

- c) O município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, quando executados em desconformidade com o respectivo contrato ou se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.
- d) Os serviços permitidos ou concedidos ficarão sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, cabendo aos permissionários e concessionários sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

LEI MUNICIPAL N. 4830/2002 E EVENTUAIS ALTERAÇÕES

7) De acordo com a Lei Municipal n. 4830/2002, que criou a FUNPREV, a quem compete: participar, avaliar e acompanhar sistematicamente, a gestão administrativa, contábil, econômica e financeira dos recursos?

- a) Diretora da Divisão Financeira
- b) Presidência da FUNPREV
- c) Conselho Curador
- d) Conselho Fiscal

8) De acordo com a Lei Municipal n. 4830/2002 (FUNPREV) dentre as competências abaixo, qual delas não é da Presidência da FUNPREV?

- a) Decidir em primeira instância pedidos e pareceres em processos administrativos no âmbito da FUNPREV;
- b) Admitir, demitir, contratar, transferir, exonerar, dispensar servidores, bem como praticar todos os demais atos, relativos ao pessoal diretamente vinculado pela FUNPREV;
- c) Efetuar ou determinar o recebimento de todas as importâncias devidas a FUNPREV, encaminhando à Contabilidade os elementos necessários à escrituração e à fiscalização;
- d) Apreciar sugestões e encaminhar ao Prefeito Municipal as propostas de modificação desta lei, devidamente justificadas, inclusive quanto as alterações das alíquotas de custeio do plano de previdência;

9) Considerando a competência privativa do Conselho Curador de que trata o art. 14 da Lei Municipal n. 4830/2002, assinale a alternativa incorreta.

- a) Autorizar a aceitação de doações
- b) Constituir comissões;
- c) Autorizar a alienação ou aquisição de bens e direitos;
- d) Determinar a realização de inspeções e auditorias por inspetores ou auditores independentes;



**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV**

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

10) Qual das alternativas abaixo, não é considerada receita ou fonte do plano de custeio da FUNPREV?

- a) contribuição previdenciária da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Câmara Municipal;
- b) contribuição previdenciária dos segurados ativos, dos segurados aposentados e dos pensionistas;
- c) doações, subvenções e legados;
- d) receitas decorrentes de empréstimos financeiros a segurados e a Administração Direta e Indireta.

11) Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela considerada incorreta:

- a) Constituem o ativo da Fundação: As disponibilidades monetárias em bancos ou em caixa, aplicações financeiras, direitos que por ventura vieram a constituir-se e os bens móveis e imóveis que forem destinados ou doados, com ou sem ônus à FUNPREV.
- b) Proibição de aplicação de recursos em títulos públicos, com exceção de títulos do Governo Federal.
- c) Aplicar quaisquer de seus recursos financeiros em Fundos de Saúde.
- d) Proibição de atuar como instituição financeira, bem como prestar fiança, aval, endosso ou obrigar-se por qualquer outra modalidade.

12) São parcelas que integram o cálculo da remuneração de contribuição, para fins previdenciários:

- a) diárias para viagens, ajuda de custo para filho deficiente.
- b) indenização de transporte, salário-família.
- c) abono de permanência, ajuda de custo estudante.
- d) gratificação natalina, salário-maternidade, Adicional de Tempo de Serviço.



FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

**Direito do Trabalho: ESTATUTO dos Servidores Públicos
Municipais – Lei Municipal n. 1574/71 e eventuais Alterações**

13) Assinale a alternativa incorreta

- a) O aproveitamento é o reingresso no serviço público, de funcionário em disponibilidade.
- b) A posse é o ato que investe o cidadão em cargo público.
- c) O exercício do cargo terá início dentre do prazo de 15 (quinze) dias a partir da posse, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias, a requerimento do interessado e a juízo da autoridade competente.
- d) A reintegração é o reingresso no serviço público, decorrente de decisão judicial passada em julgado com ressarcimento de prejuízos resultantes do afastamento.

14) – Assinale a alternativa correta

- I - O conjunto da referência e grau constitui o padrão do cargo.
 - II - Quadro é o conjunto de carreira e de cargos isolados.
 - III – Carreira é o conjunto de classes da mesma natureza de trabalho, escalonados segundo nível de complexidade e o grau de responsabilidade.
 - IV – É vedado atribuir ao funcionário serviços diversos dos inerentes ao seu cargo, exceto as funções de chefia e direção e as comissões legais.
- a) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III
 - b) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV
 - c) Estão corretas apenas as assertivas II e III
 - d) Todas estão corretas

15) Assinale a alternativa incorreta

- a) O funcionário que exercer cargo de direção ou chefia poderá receber gratificação por serviço extraordinário.
- b) vacância do cargo decorrerá de: exoneração, demissão, aposentadoria e falecimento.
- c) Promoção é a passagem do funcionário de um grau a outro da mesma classe, processando-se obedecidos os critérios de merecimento e antiguidade, na forma que dispuser o regulamento.
- d) Dentre outros, são considerados de efetivo exercício pra todos os efeitos legais, os dias em que o funcionário estiver afastado do serviço em virtude de: férias; casamento até 8 (oito) dias; falecimento do cônjuge, filho, pais e irmãos até 8 (oito) dias; licença quando acidentado no exercício de suas atribuições ou atacado de doença profissional.



**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV**

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

16) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Remuneração é a retribuição paga ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao padrão de vencimento e mais as cotas ou percentagens que lhe tenham sido atribuídas por lei.
- b) Só será admitida procuração para efeito de recebimento de quaisquer importâncias dos cofres municipais, decorrentes do exercício do cargo, quando o funcionário se encontrar fora do Município ou comprovadamente impossibilitado de locomover-se.
- c) As reposições devidas pelo funcionário e as indenizações por prejuízos que causar á fazenda municipal, será descontados em parcelas mensais não excedentes da décima parte do vencimento ou remuneração, ressalvados os casos especiais previstos no Estatuto.
- d) Depois de 5 (cinco) anos de exercício, o funcionário poderá obter licença, sem vencimento, para tratar de interesses particulares, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

17) A desapropriação é:

- a) Forma derivada de aquisição da propriedade.
- b) Forma particular de aquisição da propriedade.
- c) Forma originária de aquisição da propriedade.
- d) Nenhuma das respostas anteriores.

18) A certidão de tempo de serviço do servidor público é:

- a) Ato enunciativo.
- b) Ato material.
- c) Ato de opinião.
- d) Nenhuma das respostas anteriores.

19) A circular é:

- a) Instrumento para transmitir ordens internas aos servidores públicos.
- b) Instrumento que retrata decisão de autoridade administrativa.
- c) Instrumento através do qual a administração concede licença para exploração de atividade sujeita ao poder de polícia do Estado.
- d) Nenhuma das respostas anteriores.



**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV**

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

- 20) A instauração de processo administrativo disciplinar:
- Depende de provocação daquele que foi prejudicado por ação ou omissão do servidor.
 - Pode ser determinada de ofício pela autoridade competente.
 - É obrigatoriamente dependente de anterior sindicância.
 - Nenhuma das respostas anteriores.
- 21) Ocorre a desafetação quando:
- Um servidor público ofende moralmente, através de palavras, no ambiente de trabalho, seu superior hierárquico.
 - Dois servidores de mesma hierarquia ofendem-se mutuamente na repartição pública.
 - O superior hierárquico ofende moralmente seu subordinado nas dependências do órgão público.
 - Nenhuma das respostas anteriores.
- 22) Nos procedimentos licitatórios, a habilitação:
- Confere a certeza de que o licitante possui qualificação técnica para a execução dos serviços a serem executados.
 - Atribui ao interessado a qualidade jurídica de ofertante.
 - Atesta a situação de regularidade do interessado perante o fisco.
 - Nenhuma das respostas anteriores.
- 23) A Administração Pública:
- Deve submeter-se unicamente a regime jurídico de direito público.
 - Deve submeter-se unicamente a regime jurídico de direito privado.
 - Pode submeter-se a qualquer um dos regimes anteriormente citados.
 - Nenhuma das respostas anteriores.
- 24) São características comuns às empresas públicas e às sociedades de economia mista:
- Serem criadas e extintas por lei.
 - Desempenharem atividades de natureza econômica.
 - As duas primeiras opções estão corretas.
 - Nenhuma das respostas anteriores.



FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

DIREITO CIVIL

25) A expressão “entidade familiar” prevista na Lei n. 8.009/90, a qual trata da impenhorabilidade do bem de família, compreende:

- a) Apenas a família matrimonial.
- b) Apenas a família matrimonial e de fato.
- c) A família derivada do casamento, a família derivada da união estável e a família monoparental.
- d) Além de todas as espécies citadas acima, também se incluem na proteção legal os celibatários e os solteiros.

26) Um contrato feito através de instrumento particular antedatado ou pós-datado, com a intenção de prejudicar outrem, é evitado de:

- a) Erro substancial
- b) Simulação
- c) Estado de perigo.
- d) Dolo acidental.

27) A fundação:

- a) Não pode ser instituída por disposição de última vontade.
- b) Só pode ser instituída por lei.
- c) Implica em universita personarum.
- d) Pode ser instituída por escritura pública ou mesmo por testamento.

28) Analise as assertivas abaixo transcritas e assinale a alternativa correta:

I – A propriedade não tem por característica a exclusividade, senão não poderia ser admitida a existência do instituto do condomínio.

II – O direito de propriedade, em regra, é eterno, não sendo atingido pelo desuso.

III – O direito de propriedade tem como uma de suas principais características a revogabilidade, ou seja, sempre será suscetível de revogação por qualquer pessoa física ou jurídica.

IV – O direito de propriedade é elástico, na medida em que o titular que veio a limitar sua utilização pela instituição de outro direito real tende a recuperar sua plenitude quando do encerramento de tal onerosidade.

V – É sabido que o direito de propriedade é ilimitado, ou seja, não existem no ordenamento jurídico brasileiro quaisquer restrições, legais ou voluntárias, que possam limitar seu pleno exercício.



FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

- a) Não existem proposições verdadeiras.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Existem apenas duas proposições verdadeiras.
- d) Existem apenas três proposições verdadeiras.

29) São direitos reais sobre coisas alheias:

I – a hipoteca, a enfiteuse e a passagem forçada.

II – o tombamento, as rendas constituídas sobre imóveis e o penhor.

III – a hipoteca, a passagem forçada e o arrendamento.

IV – a servidão, o usufruto e o comodato.

V – o usufruto, o penhor e a enfiteuse.

- a) Somente as alternativas II, IV e V estão corretas.
- b) Todas as alternativas estão corretas.
- c) Somente as alternativas I e III estão corretas.
- d) Somente a alternativa V está correta.

30) O de cujus, além de deixar testamento, dispõe por carta dirigida à viúva-meira, acerca de suas disposições para distribuição de esmolas de pouca monta a certas e determinadas pessoas e também lega roupas ou móveis às mesmas pessoas. Pergunta-se: qual a denominação jurídica desse ato?

- a) Legado.
- b) Ato de mera liberalidade.
- c) Codicilo.
- d) Ato de benemerência.

31) A capacidade para testar rege-se-á:

- a) pela lei do local do óbito.
- b) pela lei do local onde o testador tiver sua última morada.
- c) pela lei nacional do testador.
- d) pela lei do lugar onde residirem os beneficiários do testamento.

32) “Feto em posição invertida e distocia de rotação são fatos naturais que escapam ao controle do profissional médico, não se podendo responsabilizá-lo por lesões que estes venham a causar na criança se não restar comprovado ter ele agido com negligência, imprudência ou imperícia” (RT 694/84). Pelas características obrigacionais acima mencionadas, podemos afirmar que estamos diante de uma:

- a) obrigação facultativa.
- b) obrigação condicional a termo.
- c) obrigação de meio.
- d) obrigação de resultado.



FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

33) De acordo com o artigo 188 do Código de Processo Civil, computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público, exceto:

- a) Embargos Infringentes.
- b) Reconvencção.
- c) Embargos à Execução.
- d) Recurso Especial.

34) LEIA atentamente a ementa abaixo e assinale a alternativa CORRETA, completando a lacuna existente:

“Em respeito ao _____ os recursos devem ser fundamentados. É necessária a impugnação específica dos fundamentos da decisão recorrida. Agravo regimental não conhecido”. (STJ - AGRESP 859903).

- a) princípio da eventualidade.
- b) princípio da paridade das armas.
- c) princípio da segurança jurídica.
- d) princípio da dialeticidade.

35) Você, como procurador da FUNPREV em Bauru, recebe intimação via imprensa oficial, numa quarta-feira, dia 02 de julho, dando conta de que o pedido de uma das ações dirigidas contra o referido órgão público foi julgado inteiramente procedente, por sentença. Em assim sendo, assinale a alternativa CORRETA em relação ao procedimento processual que deverá ser adotado:

- a) Interposição de Recurso de Apelação, com prazo máximo até 1.º de agosto, sexta-feira.
- b) Interposição de Recurso de Apelação, com prazo máximo até 17 de julho, quinta-feira.
- c) Interposição de Recurso de Apelação, com prazo máximo até 04 de agosto, segunda-feira.
- d) Interposição de Recurso de Apelação, com prazo máximo até 1.º de setembro, segunda-feira.



FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

36) LEIA atentamente a questão e assinale a alternativa CORRETA. Conforme determina o art. 730, I, do CPC, e uma vez condenada a Fazenda Pública com decisão transitada em julgado, tem-se que o juiz requisitará o pagamento por intermédio do Presidente do Tribunal competente. Pergunta-se: Em contraste com a competência do juízo da execução, a competência do Presidente do Tribunal tem natureza:

- a) jurisdicional, passível de ataque por agravo.
- b) administrativa, passível de ataque por mandado de segurança.
- c) jurisdicional, não sendo passível de qualquer espécie de controle.
- d) administrativa, não sendo passível de qualquer espécie de controle.

37) LEIA atentamente as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- I – Não é cabível recurso ordinário adesivo ou subordinado.
 - II – Em todos os casos em que se verificar a prolação de sentença contrária a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, autarquias e fundações de direito público, necessário se faz a remessa obrigatória dos autos ao Tribunal competente.
 - III – A ação civil pública pode ser utilizada para debelar todos os tipos de crises jurídicas (pedido declaratório, constitutivo ou que impõe uma prestação).
 - IV – Os embargos de declaração nunca poderão apresentar efeitos infringentes.
 - V – As Câmaras Municipais ostentam tanto personalidade jurídica quanto personalidade judiciária.
- a) Não existem proposições verdadeiras.
 - b) Todas as proposições são verdadeiras.
 - c) Existem apenas duas proposições verdadeiras.
 - d) Existem apenas três proposições verdadeiras.

38) Quando o sistema processual concede autorização para o órgão ad quem julgar fora das razões ou contra-razões recursais – sem que ocorra julgamento extra, ultra ou infra petita – tem-se o chamado:

- a) efeito devolutivo.
- b) efeito suspensivo.
- c) efeito translativo.
- d) efeito cognitivo.



FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

39) LEIA atentamente as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I – Não se mostra possível o deferimento de antecipação da tutela contra a Fazenda Pública, ainda que a problemática verse sobre a proteção da saúde e da vida humana.

II – Não será concedida antecipação da tutela contra a Fazenda Pública, nas ações que visem a reclassificação ou equiparação de servidores públicos ou à concessão de aumento ou extensão de vantagens.

III – É possível a concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública em matéria tributária, a fim de que seja suspensa a exigibilidade do crédito tributário.

IV – Os embargos de declaração nunca poderão apresentar efeitos infringentes.

V – As Câmaras Municipais ostentam tanto personalidade jurídica quanto personalidade judiciária.

a) Não existem proposições verdadeiras.

b) Todas as proposições são verdadeiras.

c) Existem apenas duas proposições verdadeiras.

d) Existem apenas três proposições verdadeiras.

40) Distribuir-se-ão por dependência as causas de qualquer natureza:

I – quando, tendo sido extinto o processo, sem julgamento de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda.

II – quando houver julgamento de ações idênticas, ao juízo prevento.

III – quando, tendo havido desistência, o pedido for reiterado, mesmo que em litisconsórcio com outros autores.

a) I e II estão corretas.

b) Todas estão corretas.

c) Todas estão erradas.

d) Apenas a I está correta.

41) Quanto aos procedimentos ordinário e sumário, é correto dizer:

I – Ambos os procedimentos admitem denunciação da lide.

II – Ambos os procedimentos permitem a produção de prova pericial.

III – Ambos os procedimentos permitem que seja intentada a ação declaratória incidental.

IV – Ambos os procedimentos admitem o recurso de terceiro prejudicado.

V – Ambos os procedimentos permitem a assistência.



**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV**

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

- a) Não existem proposições verdadeiras.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Existem apenas duas proposições falsas.
- d) Existem apenas três proposições falsas.

42) Sobre a antecipação dos efeitos da tutela pode afirmar-se:

I – O provimento que a concede ou nega possui feição de sentença, sujeitando-se ao recurso de apelação.

II – Sua função precípua é assegurar o resultado prático do processo.

III – Destina-se a assegurar a viabilidade da realização do direito afirmado pelo autor.

IV – O ato que concede ou nega é decisão interlocutória desafiando recurso de agravo.

V – Tem por objetivo conceder, de forma antecipada, o próprio provimento jurisdicional pleiteado.

- a) Estão corretas as proposições I, III e V.
- b) Estão corretas as proposições IV e V.
- c) Estão corretas as proposições III, IV e V.
- d) Estão corretas as proposições II e IV.

DIREITO CONSTITUCIONAL

43) LEIA atentamente as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I – O sistema jurídico brasileiro contempla a figura da constitucionalidade superveniente.

II – Pelo sistema jurídico brasileiro, as normas da Constituição anterior, desde que compatíveis com a nova Carta, continuam em vigor, mas com status de lei ordinária.

III – A Constituição de 1988 não apresenta, em seu bojo, as chamadas normas constitucionais exauridas.

IV – Não se mostram passíveis de controle abstrato de constitucionalidade às emendas à Constituição, tendo em vista que o sistema jurídico brasileiro não admite a existência das chamadas “normas constitucionais inconstitucionais”.

V – A Súmula Vinculante, criada pela EC n.º 45/04, não faz parte do sistema de controle de constitucionalidade brasileiro.

- a) Somente as alternativas I, II e V são verdadeiras.
- b) Todas as alternativas são verdadeiras.
- c) Todas as alternativas são falsas.
- d) Somente a alternativa V é falsa.



**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV**

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

44) Em diversos julgamentos, o Supremo Tribunal Federal vem atribuindo efeito vinculante não somente ao dispositivo da sentença, mas, também, aos fundamentos determinantes da decisão. Esse fenômeno, para o direito constitucional, denomina-se:

- a) Súmula vinculante.
- b) Relação de instrumentalidade constitucional.
- c) Transcendência dos motivos determinantes.
- d) Ultratividade dos motivos importantes.

45) Analise as assertivas abaixo transcritas e assinale a alternativa correta:

I – Na medida em que devem observar preceitos de direito administrativo, os agentes vinculados às sociedades de economia mista e às empresas públicas, quando praticam atos regidos pelo direito público, podem vir a ter seus atos controlados pela via mandamental.

II – Toda vez que o particular atuar sob delegação do Poder Público revela-se admissível a utilização da via mandamental.

III – Não se consideram atos de autoridade, passíveis de Mandado de Segurança, os praticados por pessoas ou instituições particulares, cuja atividade seja apenas autorizada pelo Poder Público.

IV – Nem sempre o sujeito que pratica a conduta ilegal ou abusiva será tido como autoridade coatora para fins de Mandado de Segurança.

V – Em havendo erro na indicação da autoridade coatora, deve o juiz extinguir o processo sem julgamento do mérito, sendo vedada a substituição do pólo passivo.

- a) Não existem proposições verdadeiras.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Existem apenas duas proposições verdadeiras.
- d) Existem apenas três proposições verdadeiras.

46) Sobre o tema ação popular são verdadeiras as afirmações, EXCETO:

a) A Constituição Federal de 1988 inovou ao isentar de custas judiciais e de ônus de sucumbência o autor popular. Todas as ações populares que estavam em curso naquela oportunidade também passaram a ter esse regime mais favorável quanto ao recolhimento de custas e honorários advocatícios em virtude do princípio da aplicação imediata da norma processual.

b) Quando se tratar de pessoa jurídica de direito público não pode haver citação postal.

c) A depender do tipo de provimento contido na sentença exarada na ação popular a mesma pode ser declaratória, constitutiva ou condenatória.



FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

d) A ação popular não admite conciliação entre as partes desavindas.

47) Analise as assertivas abaixo transcritas e assinale a alternativa correta:

I – Na declaração de constitucionalidade de norma em trânsito para a inconstitucionalidade e a mutação constitucional, o intérprete constitucional não vê ainda na norma uma inconstitucionalidade evidente, porque ela mantém parte de sua significância em contato harmônico com a Constituição Federal, mas o julgador sinaliza, com a expressão em “trânsito para a inconstitucionalidade”, que a norma está a um passo da inconstitucionalidade, bastando, para tanto, apenas alguma alteração fática.

II – A sentença transitada em julgado adquire eficácia, tornando-se imutável e, para se preservar o princípio da segurança jurídica, não se admite a ação rescisória quando a questão nela decidida contrariar literal disposição de súmula vinculante ou violar lei inconstitucional ou, ainda, quando o STF declarar a inconstitucionalidade da lei aplicada pela decisão.

III – As declarações de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à administração pública federal, estadual e municipal.

IV – O ordenamento constitucional brasileiro, embora não tenha sido expresso em tal sentido, estendeu ao legislador os efeitos vinculantes da decisão de inconstitucionalidade, pois, se assim não fosse, haveria comprometimento da relação de equilíbrio entre o tribunal constitucional e o legislador, reduzindo o Poder Judiciário a um papel subalterno perante o Poder Legislativo.

V – O STF reconheceu que a interpretação conforme a Constituição Federal, quando fixada no juízo abstrato de normas, correspondente a uma pronúncia de inconstitucionalidade. Portanto, o tribunal tem considerado inadmissível a utilização da representação interpretativa, entendendo que, quando for o caso de aplicar o princípio da interpretação conforme a Constituição Federal, deve-se fazê-lo na esfera do controle abstrato de normas.

a) Não existem proposições verdadeiras.

b) Todas as proposições são verdadeiras.

c) Existem apenas duas proposições verdadeiras.

d) Existem apenas três proposições verdadeiras.



FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

- 48) Analise as assertivas abaixo transcritas e assinale a alternativa correta:
- I – Mantidas as atuais regras eleitorais, nas eleições de 2010, os partidos políticos não estarão vinculados, no plano estadual, ao princípio da simetria de coligações partidárias que se realizem para a eleição presidencial.
 - II – A personalidade jurídica dos partidos políticos é adquirida na forma da lei civil.
 - III – É livre a criação de partidos, mas a Constituição vigente, para a preservação do regime democrático, do pluripartidarismo e dos direitos fundamentais da pessoa humana, prevê controle ideológico ou qualitativo das citadas agremiações.
 - IV – Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado; devem ter caráter nacional; desfrutam de imunidade tributária; sujeitam-se à proibição de receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.
 - V – Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado; acham-se proibidos de receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes, mas não têm direito à imunidade tributária.
- a) Não existem proposições verdadeiras.
 - b) Todas as proposições são verdadeiras.
 - c) Existem apenas duas proposições falsas.
 - d) Existe apenas uma proposição falsa.
- 49) Na concretização dos direitos sociais, o STF, interpretando a Constituição em vigor:
- a) Não admite que um doente necessitado possa reclamar em juízo o fornecimento de remédios, ainda quando a sua distribuição gratuita tenha sido iniciada por força de programa oficial criado por lei, por entender ser de caráter programático a norma constitucional que reconhece a todos o direito à saúde.
 - b) Entende, por força do art. 195, §5.º, da Constituição (“nenhum benefício ou serviço de seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total”), depender da instituição de fonte de custeio total a majoração de benefícios previdenciários decorrente do atual §2.º do art. 201, segundo o qual “nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo”.
 - c) Decidiu que os princípios da liberdade de iniciativa e da liberdade do ensino impedem a disciplina por lei do reajuste das mensalidades escolares.



FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

d) Não mais admite a imunidade tributária das entidades fechadas de previdência privada em que haja contribuição dos seus beneficiários.

50) Analise as assertivas abaixo transcritas e assinale a alternativa correta:

I – A nacionalidade do indivíduo pode ser originária ou adquirida. No Brasil, não há distinção de direitos em razão do tipo de nacionalidade.

II – De acordo com a Constituição da República, não é cargo privativo de brasileiro nato o de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

III – Não será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que naturalizar-se em país que tenha tratado de reciprocidade de tratamento com o Brasil.

IV – Também são considerados brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que um deles não esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

V – Aos portugueses com residência permanente no Brasil, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes aos brasileiros naturalizados.

a) Não existem proposições verdadeiras.

b) Todas as proposições são verdadeiras.

c) Existe apenas uma proposição verdadeira.

d) Existem apenas duas proposições verdadeiras.

51) Sobre a ADPF, assinale a alternativa CORRETA:

a) Os legitimados são os mesmos da ADI; todavia, não se aplicam as regras de legitimação universal e temática.

b) Caberá arguição quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional lei ou ato normativo municipal, incluídos os anteriores à Constituição de 1988.

c) A decisão que julgar procedente ou improcedente a arguição está sujeita a recurso ou a ação rescisória; porém, tem eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público.

d) Pelo princípio da simetria, as ADPF estaduais deverão ser propostas perante o Presidente do Tribunal de Justiça competente.



**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV**

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

52) Analise as assertivas abaixo transcritas e assinale a alternativa correta:

I – A lei delegada, na sistemática constitucional, é um ato normativo elaborado e ditado pelo Presidente da República, em razão de autorização do Poder Legislativo, e nos limites postos por este.

II – A lei delegada é um ato primário, derivado de pronto da Constituição, embora condicionado.

III – A delegação é lícita em qualquer matéria, mesmo naquelas de competência exclusiva do Congresso.

IV – A delegação do poder de legislar ao Presidente da República opera-se por meio de Resolução do Congresso Nacional.

V – A exigência de que conste do ato de delegação a matéria a ser regulada é, assim, da substância dele, de modo que será inválido, se não a mencionar.

a) Não existem proposições verdadeiras.

b) Todas as proposições são verdadeiras.

c) Existe apenas uma proposição falsa.

d) Existem apenas duas proposições falsas.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

53) Assinale a alternativa CORRETA:

a) As ações de concessão e revisão de benefício prescrevem em 05 (cinco) anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas.

b) São causas interruptivas do prazo prescricional previdenciário a menoridade, a incapacidade e a ausência.

c) O direito da seguridade de apurar e constituir o crédito pertinente é de 05 (cinco) anos.

d) Por se tratar de direito fundamental, são imprescritíveis os direitos previdenciários.

54) Assinale a alternativa CORRETA:

a) O prazo de validade da CND é de 60 (sessenta) dias, sendo este improrrogável.

b) Assim como as entidades de assistência social, as entidades de previdência privada fechada também têm direito a imunidade tributária, por força constitucional.

c) As contribuições previdenciárias não estão sujeitas ao chamado lançamento por homologação.



FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

d) Embora o CTN, em seu artigo 5.º, classifique como espécies tributárias o imposto, as taxas e as contribuições de melhoria, a verdade é que, por força constitucional, as contribuições para a seguridade social também apresentam natureza jurídica de tributo.

55) Sobre a Contribuição Social Sobre o Lucro (CSSL), assinale a alternativa FALSA:

- a) A CSSL tem como antecedente normativo material auferir lucro ou receita bruta.
- b) A CSSL tem como antecedente normativo espacial todo o território nacional e, quando cabível, o princípio da extraterritorialidade.
- c) A CSSL tem como sujeito ativo a Super Receita.
- d) A CSSL tem como sujeito passivo as pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no país e as que são equiparadas pela legislação tributária.

56) LEIA atentamente as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- I – Assim como ocorre no auxílio-doença, nos primeiros 15 (quinze) dias de afastamento, o pagamento é feito pela empresa empregadora, que deverá pagar a remuneração integral do empregado.
 - II – A conversão da aposentadoria por invalidez em aposentadoria por idade é realizada de modo automático.
 - III – Não haverá carência se a aposentadoria por invalidez decorrer de acidente de trabalho ou de acidente de qualquer natureza, mas na hipótese de ser decorrente de outras causas, a carência será de 12 (doze) contribuições mensais.
 - IV – A invalidez do participante do INSS é elemento essencial para que seja concedida a aposentadoria por invalidez. Entretanto, o perito deve verificar alguns outros fatores além da incapacidade, tais como a formação profissional e a idade do segurado, bem com o mercado de trabalho em si.
 - V – A perícia do INSS constitui prova plena, de modo que o segurado que teve a incapacidade negada pela perícia não poderá pleitear socorro judicial.
- a) Não existem proposições verdadeiras.
 - b) Todas as proposições são verdadeiras.
 - c) Existem apenas duas proposições falsas.
 - d) Existe apenas uma proposição falsa.



FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

57) São princípios explícitos da seguridade social, EXCETO:

- a) Princípio da universalidade da cobertura e do atendimento.
- b) Princípio da contrapartida.
- c) Princípio da seletividade e distributividade na prestação de serviços e benefícios.
- d) Princípio da diversidade da base de financiamento.

58) O direito de se pleitear na Justiça a desconstituição de exigência fiscal começa a correr a partir:

- a) da data da intimação da decisão do litígio do processo administrativo fiscal pelo INSS, sendo de 180 dias e tendo natureza prescricional.
- b) da data da intimação da decisão do litígio do processo administrativo fiscal pelo INSS, sendo de 180 dias e tendo natureza decadencial.
- c) da data da intimação da decisão do litígio do processo administrativo fiscal pelo INSS, sendo de 90 dias e tendo natureza prescricional.
- d) da data da intimação da decisão do litígio do processo administrativo fiscal pelo INSS, sendo de 90 dias e tendo natureza decadencial.

59) Sobre a associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional é correto afirmar-se que:

- a) Não participa do custeio da seguridade social, tendo em vista a peculiaridade de sua atividade.
- b) Participa do custeio da seguridade social, no importe de 20% (vinte por cento) sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestam serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.
- c) Participa do custeio da seguridade social, apresentando como fato gerador a obtenção de receita em razão da realização de espetáculos desportivos e de qualquer forma de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e de transmissão de espetáculos desportivos.



FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

d) Não participa do custeio da seguridade social, tendo em vista a imunidade tributária concedida pela Constituição Federal de 1988.

60) A falta de designação da companheira como dependente:

a) Obsta sua inscrição como beneficiária.

b) Não obsta sua inscrição como beneficiária, desde que apresente sentença transitada em julgado expedido pelo Juízo de Família competente, reconhecendo a existência de união estável anterior.

c) Obsta sua inscrição como beneficiária, uma vez que o critério de dependência previdenciária leva em consideração apenas as famílias matrimoniais.

d) Não obsta sua inscrição como beneficiária, sendo que a prova do dito companheirismo não precisa ser feita perante o Juízo de Família.

61) Assinale a alternativa CORRETA:

a) O salário de benefício é o valor sobre o qual vai incidir a contribuição à previdência social do segurado e da empresa, enquanto que o salário de contribuição é o valor sobre o qual é calculado o montante de benefícios de prestação continuada.

b) O salário de contribuição é o valor sobre o qual vai incidir a contribuição à previdência social do segurado e da empresa, enquanto que o salário de benefício é o valor sobre o qual é calculado o montante de benefícios de prestação continuada.

c) O salário de benefício poderá ser superior ao valor do teto previdenciário apurado na tabela do salário de contribuição.

d) O valor do salário maternidade é o valor da remuneração da gestante empregada e, caso seja variável, apurar-se-á a média dos últimos 36 (trinta e seis) meses.

62) Assinale a alternativa ERRADA:

a) Auxílio-doença é o benefício previdenciário de prazo indeterminado com revisão periódica determinada pelo perito do INSS, sendo devido somente ao segurado que se encontra incapacitado para o exercício de suas atividades laborais, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, com possibilidade de recuperação.

b) Auxílio-acidente é um benefício previdenciário que tem como fundamento indenizar algumas espécies de segurados que sofreram acidentes do trabalho ou de qualquer natureza, desde que comprovem seqüelas que impliquem na redução de sua capacidade laborativa que habitualmente exercia.



FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

c) O auxílio-acidente é recebido somente após a consolidação das lesões decorrentes do acidente, não podendo, entretanto, ser percebido cumulativamente com o salário.

d) A concessão do auxílio-doença gera direito subjetivo de reabilitação profissional, isto é, serviço de reabilitação e tratamento médico às custas da Previdência Social, salvo qualquer tipo de procedimento cirúrgico e transfusão de sangue.

DIREITO TRIBUTÁRIO

63) O art. 165 do Código Tributário Nacional firma o direito à repetição do tributo indevido, estatuinto que “o sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento...”. Pergunta-se: ao falar “sujeito passivo”, O Código abrange:

a) as hipóteses em que o solvens tenha se posicionado como devedor na condição de contribuinte apenas.

b) as hipóteses em que o solvens tenha se posicionado como devedor na condição de responsável apenas.

c) as hipóteses em que o solvens tenha se posicionado como devedor na condição de inadimplente apenas.

d) tanto as hipóteses em que o solvens tenha se posicionado como devedor na condição de contribuinte quanto nas hipóteses em que o solvens tenha se posicionado como devedor na condição de responsável.

64) LEIA atentamente as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I – Todas as espécies de empréstimo compulsório encontram-se sujeitas a observância do princípio da anterioridade da lei tributária.

II – Com a Emenda Constitucional n.º 42/2003, foi inserida a alínea “c” ao inciso III do art. 150 da CF, para vedar, além do princípio da anterioridade, que o tributo, em regra, seja cobrado antes de decorridos noventa dias da data da publicação da lei que o instituiu ou aumentou..

III – O conteúdo do princípio da anterioridade abrange não apenas a instituição e a majoração de tributos, mas, também, a definição de novas hipóteses de incidência, bem como a extinção e a redução de isenções.



**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV**

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

IV – O imposto de importação, o imposto de exportação, o imposto sobre produtos industrializados e o imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguro e operações com títulos e valores imobiliários, além de comportarem exceção ao princípio da estrita reserva legal, não se submetem ao princípio da anterioridade.

V – Excepciona-se, também, do princípio da anterioridade, o imposto extraordinário que a União pode instituir em caso de guerra ou sua iminência.

- a) Não existem proposições verdadeiras.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Existem apenas duas proposições falsas.
- d) Existe apenas uma proposição falsa.

65) Sobre o tema “imposto de decretação da União e percepção dos Municípios”, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Trata-se de hipótese em que a Constituição reparte o montante do imposto em percentagens entre a entidade tributante e a entidade beneficiada, de sorte que esta receberá sua percentagem à vista das circunstâncias a si vinculadas.
- b) Trata-se de hipótese em que o poder tributante cabe ao Município, mas o produto arrecadado pertence à União.
- c) Trata-se de hipótese em que o poder tributante cabe aos Estados e ao Distrito Federal, mas o produto arrecadado pertence aos Municípios.
- d) Trata-se de hipótese em que o poder tributante cabe à União, mas o produto arrecadado pertence aos Municípios.

66) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Compete aos Municípios instituir somente impostos (IPTU, ITBI e ISSQN).
- b) Compete aos Municípios instituir somente taxas e contribuições de melhorias.
- c) Compete aos Municípios instituir taxas e contribuições de melhorias, bem como impostos (IPTU, ITBI e ISSQN).
- d) Os Municípios, por vedação constitucional expressa, não ostentam competência tributária.



**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV**

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

DIREITO PENAL

67) O caput do art. 359-A do Código Penal dispõe que: “Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa: Pena – reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos”. Assim, LEIA atentamente as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I – Na modalidade ordenar e autorizar, a tentativa é inadmissível pela impossibilidade de fracionar-se a conduta.

II – Na hipótese de realizar, a tentativa é admissível.

III – Nas três modalidades de comportamento (ordenar, autorizar ou realizar), cuida-se de crime de mera conduta, uma vez que os tipos não exigem resultado naturalístico.

IV – A conduta só é incriminada quando realizada “sem prévia autorização legislativa”; se o agente tem autorização legislativa anterior e contrata, mas ultrapassa os limites nela previstos, a tipificação é outra.

V – É possível a incidência das causas de exclusão de antijuridicidade previstas no artigo 23 do Código Penal, pelo que desaparece o delito, não só o descrito no art. 359-A, como qualquer outro contra as finanças públicas.

a) Somente as alternativas I, II e III são verdadeiras.

b) Todas as alternativas são verdadeiras.

c) Todas as alternativas são falsas.

d) Somente a alternativa V é falsa.

68) Sujeito ativo do crime de peculato é:

a) Só funcionário já empossado no cargo público.

b) É o agente que pratica a conduta em razão do cargo que ocupa, tornando-se irrelevante que o funcionário tenha efetivamente tomado posse.

c) Só funcionário cuja admissão tenha sido, posteriormente, considerada irregular.

d) O particular, em todas as hipóteses em que haja em co-autoria do ilícito com funcionário público.



FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

69) Considerando o delito denominado “emprego irregular de verbas ou rendas públicas”, LEIA atentamente as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I – O crime “emprego irregular de verbas ou rendas públicas” é norma penal em branco, pois para sua exata aplicação é necessário outro dispositivo legal para a sua integração.

II – Para sua configuração há a necessidade de dano ao patrimônio estatal.

III – O tipo penal em estudo, no que diz respeito a seu elemento subjetivo, pode tanto ser doloso quanto culposos.

IV – A ação penal é pública incondicionada, não sendo possível a suspensão do processo nos termos do art. 89 da Lei n.º 9.009/95.

V – Apenas Prefeitos e Governadores podem praticar referido delito, excluído o Presidente da República.

a) Não existem proposições verdadeiras.

b) Todas as proposições são verdadeiras.

c) Existem apenas duas proposições verdadeiras.

d) Existe apenas uma proposição verdadeira.

70) O que diferencia o crime de concussão do crime de corrupção passiva é:

a) Na corrupção passiva o agente não atua movido pela vantagem indevida, enquanto que na concussão o agente atua movido pela vantagem indevida.

b) Na concussão, a vítima é levada a aceitar a exigência por receio, temor à autoridade do funcionário público, enquanto que na corrupção passiva não há relação de submissão, mas sim, acordo de vontades.

c) Na corrupção passiva, a vítima é levada a aceitar a exigência por receio, temor à autoridade do funcionário público, enquanto que na concussão não há relação de submissão, mas sim, acordo de vontades.

d) Não se vislumbram diferenças, vez que são nomenclaturas diferentes retratando o mesmo delito.



**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU - FUNPREV**

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17040-012 - Bauru - SP

Fone/Fax- (14) 227-1444

FOLHA DO CANDIDATO

RASCUNHO

NÃO SERÁ NECESSÁRIO PROCEDER A DEVOLUÇÃO

01		36	
02		37	
03		38	
04		39	
05		40	
06		41	
07		42	
08		43	
09		44	
10		45	
11		46	
12		47	
13		48	
14		49	
15		50	
16		51	
17		52	
18		53	
19		54	
20		55	
21		56	
22		57	
23		58	
24		59	
25		60	
26		61	
27		62	
28		63	
29		64	
30		65	
31		66	
32		67	
33		68	
34		69	
35		70	



**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV**

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

**CONCURSO PÚBLICO: PROCURADOR JURÍDICO I
QUESTÃO DA PROVA PRÁTICO PROFISSIONAL – PROVA 2**

Considere a seguinte argumentação ou situação, extraída de um processo hipotético.

COMARCA DE BAURU / 1ª Vara da Fazenda

Processo n. 1.000/94 – Procedimento Comum Ordinário

Requerente: José da Silva

**Requerida: Fundação de Previdência dos Servidores
Públicos Municipais Efetivos de Bauru – FUNPREV**

José da Silva, aposentado, ajuizou, perante a justiça comum estadual, Ação Ordinária de Conhecimento Condenatória em relação à Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais Efetivos de Bauru – FUNPREV. Postulou a revisão de benefício previdenciário, afirmando ter se aposentado por idade com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, nos termos do fundamento no art. 40, §1º inciso III, alínea “b” da Constituição Federal no dia 28/12/2004.

Alegou em sua petição inicial, que desde o exercício de 1994 até a data da concessão do benefício de aposentadoria, o mesmo por ser titular do cargo de pintor padrão 3-G, vinha recebendo em seus rendimentos, Adicional de Insalubridade, horas extras e Gratificação de Produtividade esta última instituída por Resolução do Conselho com fixação de valores e condições de recebimento, que teria sido incorporado a sua remuneração, onde sobre as quais havia a incidência de contribuição previdenciária.

Afirmou que quando da concessão do benefício, referidas vantagens retiradas de seu benefício, causando redução no valor de seus proventos.

Por fim, o requerente pleiteou a concessão de tutela antecipada para a imediata inclusão das verbas na próxima de folha de pagamento, que foi liminarmente concedida, bem como ao final veio a pleitear o direito de ser incorporado aos seus proventos das verbas supracitadas, bem como a



FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

CNPJ 46.139.960/0001-38

Rua Joaquim da Silva Martha nº 13-44 - CEP 17014-010 - Bauru - SP

Fone/Fax - (0xx14) 3227-1444

promoção ao grau imediatamente superior a seu padrão da grade salarial, assegurado pelo art. 88 da Lei Orgânica do Município de Bauru quando o servidor estatutário foi aposentado voluntariamente, inclusive requereu a condenação da requerida ao pagamento de todas as diferenças de proventos e seus reflexos em 13º salário e outros, em parcelas vencidas desde a data da aposentadoria, e vincendas, acrescidas de juros de mora de 1% ao mês, correção monetária e demais consectários de lei além do pagamento dos honorários advocatícios arbitrados, sobre o valor total da condenação em 20% e a apuração de todos os valores devidos em regular liquidação de sentença.

A Fundação por sua vez, veio apresentar defesa atacando em preliminar a concessão da tutela antecipada, Sendo que no mérito, abordou-se aspectos legais a respeito das verbas, natureza jurídica, a remuneração para efeitos de concessão de benefício, aspectos relacionados à impossibilidade de incorporação, etc., apresentando com fundamento jurídico a Constituição Federal, Legislação Federal, Lei Municipal, Orientação Normativa SPS n. 01/07.

Sendo que no dia 31/03/2008, o MM. Juiz veio proferir a seguinte sentença de fls. 147/154, cujo tópico final, transcrevemos:

“Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, para condenar a requerida (FUNPREV) a integrar a base de cálculo dos proventos o padrão `3-H` da grade de vencimentos, com a incorporação nos proventos dos adicionais de insalubridade, horas extras e Gratificação de Produtividade ao requerente, desde a data da aposentadoria, com inclusão de reflexos, como 1/3 sobre férias e décimo terceiro salário. Sobre as verbas em atraso, incidirão correção monetária desde o vencimento, bem como juros de mora de 1% a contar de cada vencimento. A requerida arcará com as custas, bem como honorários advocatícios, que arbitro em 10% sobre as prestações vencidas e doze vincendas a contar do ajuizamento da ação. P.R.I.

Na condição de procurador da FUNPREV, redija, de modo mais completo possível, a peça processual cabível.

Boa prova.

A COMISSÃO.